

PROCESSO TCE Nº 123.743
ENTIDADE: Câmara Municipal de Capixaba
NATUREZA: Controle Externo
OBJETO: Prestação de contas anual referente ao exercício 2016
RESPONSÁVEL: Mauristério Tessinari de Sousa
CONTABILISTA: Oseias D'ávila Paula
RELATOR: Cons. Antonio Jorge Malheiro

ACÓRDÃO Nº 11.526/2019

PLENÁRIO

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS. CÂMARA MUNICIPAL DE CAPIXABA. EXERCÍCIO DE 2016. REGULARIDADE. ARQUIVAMENTO.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **por maioria**, nos termos do **voto do Conselheiro-Relator Antonio Jorge Malheiro: 1)** Por julgar **regular** a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Capixaba, exercício 2016, de responsabilidade do Sr. Mauristério Tessinari de Sousa, com fulcro no art. 51, inciso I, da LCE 38/93; **2)** Após as providências de estilo, pelo **arquivamento** dos autos.

Rio Branco – Acre, 21 de novembro de 2019.

Conselheiro **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**
Presidente em exercício do TCE/AC

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**
Relator

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**

Conselheira **MARIA DE JESUS CARVALHO DE SOUZA**

Fui presente:

JOÃO IZIDRO DE MELO NETO
Procurador do MPC/TCE/AC

PROCESSO TCE Nº 123.743
ENTIDADE: Câmara Municipal de Capixaba
NATUREZA: Controle Externo
OBJETO: Prestação de contas anual referente ao exercício 2016
RESPONSÁVEL: Mauristério Tessinari de Sousa
CONTABILISTA: Oseias D'ávila Paula
RELATOR: Cons. Antonio Jorge Malheiro

RELATÓRIO

1. Trata o presente processo da Prestação de Contas da Câmara Municipal de Capixaba, exercício de 2016, de responsabilidade do gestor Mauristério Tessinari de Sousa, apresentada tempestivamente a esta Corte de Contas.

2. A receita orçamentária no aludido exercício foi de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), havendo ainda recebimentos extraorçamentários no montante de R\$ 81.349,90 (oitenta e um mil trezentos e quarenta e nove reais e noventa centavos). O valor recebido foi integralmente empenhado, liquidado e pago.

3. A 2ª IGCE, em seu Relatório de Análise Técnica colacionado às fls. 14/24, não constatou qualquer inconsistência referente ao balanço orçamentário, financeiro e operacional, bem como aferiu que os repasses e despesas com pessoal se deram dentro dos limites estabelecidos pela legislação vigente, restando pendente o descumprimento da Lei nº 8.212/1991, art. 22, inciso I e Lei nº 8.036/1990, art. 15, tendo em vista que não foi contabilizado o valor integral das Obrigações Patronais devidas no exercício.

4. Citados os gestores, Sr. Mauristério Tessinari de Sousa e Sr. Oseias D'ávila Paula (fls. 38/43), apresentaram, tempestivamente, defesa às fls. 44/48.

5. Em Relatório Conclusivo de Análise Técnica, colacionado às fls. 54/58, a 2ª IGCE considerou sanada a inconsistência anteriormente apontada, propondo a regularidade no julgamento da prestação de contas, opinião esta acompanhada pelo Douto Ministério Público de Contas em seu parecer de fl. 63.

É o relatório.

Rio Branco – Acre, 21 de novembro de 2019.

Conselheiro **Antonio Jorge Malheiro**
Relator

PROCESSO TCE Nº 123.743
ENTIDADE: Câmara Municipal de Capixaba
NATUREZA: Controle Externo
OBJETO: Prestação de contas anual referente ao exercício 2016
RESPONSÁVEL: Mauristério Tessinari de Sousa
CONTABILISTA: Oseias D'ávila Paula
RELATOR: Cons. Antonio Jorge Malheiro

VOTO

1. Trata o presente processo da Prestação de Contas da Câmara Municipal de Capixaba, exercício de 2016, de responsabilidade do gestor Mauristério Tessinari de Sousa, apresentada tempestivamente a esta Corte de Contas.

2. Verifica-se que não restou constada qualquer inconsistência ao final da instrução processual, tendo a falha relativa a contabilização das obrigações patronais sido devidamente sanada por ocasião da defesa apresentada pelos gestores.

3. Pelo exposto, **VOTO**:

1) Por julgar **regular** a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Capixaba, exercício 2016, de responsabilidade do Sr. Mauristério Tessinari de Sousa, com fulcro no art. 51, inciso I, da LCE 38/93;

2) Após as providências de estilo, pelo **arquivamento** dos autos.

É como voto.

Rio Branco – Acre, 21 de novembro de 2019.

Conselheiro **Antonio Jorge Malheiro**
Relator